Abaixo o leilão do Pré-sal!

17 de outubro é Dia Nacional de Luta contra o Leilão!

Página 7

Opinião Socialista

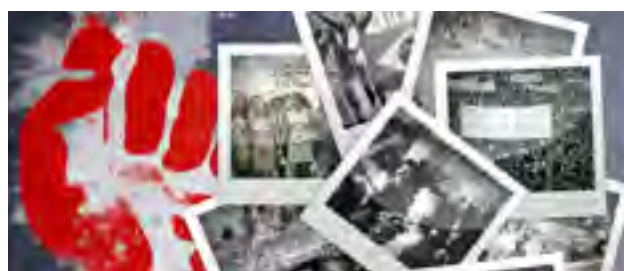
WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 470 ▸ DE 15 A 29 DE OUTUBRO DE 2013 ▸ ANO 16

R$ 2

É hora de tomar as ruas novamente

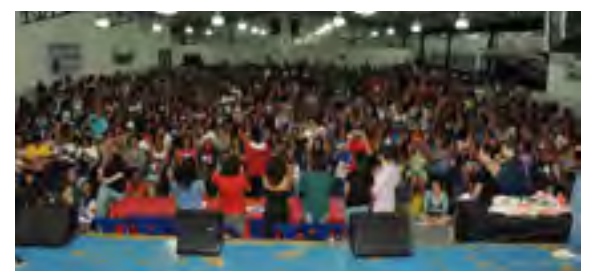
Abaixo a repressão! Todo apoio à greve da educação e aos educadores do Rio de Janeiro!

Páginas 8, 9 e 10

Foto: Eric Dau

Caravana da Anistia julga militantes da Ex-Convergência Socialista

Página 16

Marina Silva e a 'nova' velha política

Página 5

MML: Um encontro que entrou para a história do movimento feminista

Páginas 12 e 13

■ **NOVOS AMIGOS... –** O deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos mais conhecidos líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional, lançou nota criticando a aproximação do PSB com a ex-ministra Marina Silva.

■ **...DO AGRONEGÓCIO –** Rapidamente, a Rede lançou nota afirmando que *"em nenhum momento sua porta-voz Marina Silva fez críticas a esse setor"*. A legenda *"reafirma seu compromisso com esse setor essencial da economia"*.

HUMILHADA E PRESA

A estudante Anne Karolyne Melo foi presa, no último dia 7, após ser chamada de "gostosa" por policiais militares no Rio. Tudo foi filmado e caiu na internet. Nas imagens, Anne reclama dos comentários machistas e, instantes depois, é abordada por um tenente do Batalhão de Choque, que a deteve por desacato. Este outro agente teria perguntado: "Sua mãe está boa?", conforme contou a jovem. Ao colocá-la na viatura, o policial teria cometido novamente abuso de autoridade. Anne vai responder a processo na Justiça.

PÉROLA

Isso [a ocupação à reitoria da USP] é barbárie

JOÃO GRANDINO RODAS, reitor da USP. Para ele ação civilizada é chamar a Tropa de Choque

CHARGE

AMEAÇAS

Cerca de 300 indígenas Terena foram atacados por homens armados, no município de Miranda (MS), no último dia 9. O atentado ocorreu após terem ocupado 3,2 mil hectares de fazendas que incidem sobre a Terra Indígena Pillad Rebuá, em processo de demarcação. Ninguém ficou ferido. Segundo os indígenas, depois de terem passado o dia sendo intimidados pelo vai-e-vem de caminhonetes - com homens armados nas caçambas -, a comunidade sofreu três ataques a tiros a noite.Enquanto isso, em Brasilia, o ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, prometeu a representantes da bancada ruralista que o governo pretende mudar as regras para demarcação de Territórios Indígenas.

RAIO X DA CATÁSTROFE

Dois relatórios divulgados nesta semana, um pelo Conselho da Europa e outro pela Federação Internacional da Cruz Vermelha, destacam os efeitos das medidas de austeridade desde a crise econômica de 2008. Em um quarto dos 52 países pesquisados, o nível de desemprego dos jovens é classificado como "catastrófico", variando de um terço desta população até 60% dos jovens de um país. Entre os mais velhos, a situação também é problemática. Em 2008, havia 2,8 milhões de desempregados entre 50 e 64 anos. Em 2012, havia 4,6 milhões.

TRAGÉDIA NA SCANIA

No último dia, o Técnico de Logística, Rodrigo Miranda da Silva, 28 anos, casado e pai de uma filha de 2 anos, não voltou para casa. Um gravíssimo acidente de trabalho tirou a vida de Rodrigo e abalou profundamente todos os trabalhadores da Scania e trouxe uma forte indignação às condições de trabalho que estão submetidos. Uma pilha de caixas manobradas por empilhadeira caiu sobre o operário. O local onde ocorreu a tragédia é conhecido pelos trabalhadores como "quebra-pau", onde é feito manuseamento de caixas. Só o apelido do local já diz muito. Os trabalhadores em solidariedade pararam imediatamente o trabalho no 2° e 3º turnos da fábrica. Rodrigo é vítima da brutal exploração que os trabalhadores são expostos. O ritmo de trabalho infernal, as metas de produção e as pressões das chefias produzem essa situação.

EDUCAÇÃO
Amanda Gurgel e Susana Gutierrez falam sobre a greve da educação no Rio

PRÉ-SAL
Entrevista com Ildo Sauer: "Leilão de libra será maior privatização da história"

MULHERES
Vídeo reportagem do I Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta

Veja também as entrevista com Camila Lisboa, Zé Maria, Sara Al Suri e Vera Lúcia.

LUTA POPULAR
Helena Silvestre denuncia ameaças às lideranças da ocupação Esperança

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - *maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 *pstubahia@gmail.com* *pstubahia.blogspot.com*
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056 *fortaleza@pstu.org.br*
JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | *brasilia@pstu.org.br* *pstubrasilia.blogspot.com*

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753 | *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 *saoluis@pstu.org.br* *pstumaranhao.blogspot.com*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. *bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br*
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724
ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647
JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. *pstu16juizdefora@gmail.com*
MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825
belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro
MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 *pernambuco@pstu.org.br* *www.pstupe.org.br*

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. *teresina@pstu.org.br* *pstupiaui.blogspot.com*

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. *(21) 2232.9458* *riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br*
MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. *d.caxias@pstu.org.br*

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro. *niteroi@pstu.org.br*
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro
VALENÇA - *sulfluminense@pstu.org.br*
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 3112.0229 | *sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Av. Rio Branco, 762 - Cidade Alta - (ao lado do Centro de Atendimento ao Cidadão). (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br. psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre. (51) 3024.3486/3024.3409 *portoalegre@pstu.org.br* *pstugaucho.blogspot.com*
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722
SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 *pstu_criciuma@yahoo.com.br*

SÃO PAULO

SÃO PAULO - *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 99150 3515
ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170
ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893
BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170. *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | *campinas@pstu.org.br*
GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242 | *ribeirao@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 | *saobernardo@pstu.org.br* *pstuabc.blogspot.com*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | *sjc@pstu.org.br*
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631
SUZANO - (11) 4743.1365 *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530 | *aracaju@pstu.org.br*

Voltar às ruas em defesa da educação e do petróleo! Abaixo a repressão!

Foto: Eric Dau

Uma nova conjuntura de lutas ocorre no país. As Jornadas de Junho mudaram a situação do Brasil com suas gigantescas passeatas, que passaram por fora de todos os aparatos. Depois, existiram outras conjunturas, como as greves de 11 de julho e 30 de agosto, com a entrada da classe trabalhadora em cena.

No início de setembro, ocorreram poucas lutas, mas no final do mês e agora, em outubro, novas mobilizações voltam a surgir. Sem a massividade nacional de junho, mas com várias lutas regionais de peso – como a dos professores do Rio de Janeiro, as ocupações das reitorias na USP e Unicamp, a luta pelo passe-livre em Natal e uma greve petroleira contra os leilões do Pré-sal.

Nos próximos dias, muitas dessas lutas serão decididas. Seus resultados – se forem vitoriosas ou derrotadas – influenciarão os próximos passos das mobilizações. Não acreditamos que, caso sejam derrotadas, a situação se reverta ao momento de estabilidade política anterior a junho. Tampouco, a vitória dessas lutas nos colocaria a beira da luta pelo poder. Mas, dentro da situação que vivemos, as vitórias estimularão mais lutas e as derrotas fortalecerão a repressão.

Por isso, a luta dos professores do Rio ganhou uma dimensão nacional. A indignação com a repressão do governo de Sérgio Cabral (PMDB) é um sinal de que o movimento é solidário aos professores, que devemos unir forças para que sua greve seja vitoriosa, e a repressão derrotada. As mobilizações em todo o país no Dia do Professor têm este conteúdo: todos com a educação! Abaixo a repressão!

DILMA, PARE A REPRESSÃO!

Existe um setor majoritário dos trabalhadores que continua apoiando o governo Dilma. Perguntamos: o que eles acham da repressão de Cabral, um aliado do governo Dilma? E o que acham do silêncio da presidente sobre a repressão no Rio? As lutas enfrentam a repressão dos governos. Tanto o governo petista de Dilma Rousseff, quanto os governos estaduais e municipais do PT e do PSDB e seus aliados, apoiam a repressão para tentar retomar o controle da situação.

O que pensam os trabalhadores sobre a repressão desencadeada em Porto Alegre dirigida pelo governador petista Tarso Genro? Como pode ser que o PT apoie a invasão da polícia em casas de dirigentes das mobilizações de junho? Os processos contra esses dirigentes lembram os processos na ditadura militar, atribuindo a essas lideranças da juventude a participação em "organizações criminosas".

O PT nasceu das greves metalúrgicas no ABC, reprimidas pela ditadura. Não pode ser que, quando esteja no poder, esse partido utilize a mesma polícia para atacar os movimentos dos trabalhadores e da juventude.

Todos sabem de nossas divergências com o Black Bloc. Achamos que, com suas ações equivocadas, prejudicam os movimentos, dificultam a massificação das passeatas e acabam facilitando a repressão. Mas, junto com a polêmica, também os defendemos contra a repressão policial que está em curso. Os governos atacam o Black Bloc para justificar a repressão ao conjunto do movimento.

Os trabalhadores e estudantes que apoiam o PT devem se somar a nós e exigir que Dilma se pronuncie contra a repressão no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em todo o país. Apesar de serem mobilizações regionais, uma posição categórica do governo federal poderia frear a violência policial e a criminalização do movimento e de ativistas.

A postura repressiva dos governos ligados ao PT, PMDB, PSB e aliados é a mesma da reitoria da USP e do governo de Geraldo Alckmin (PSDB), que solicitou a reintegração de posse contra os estudantes para acabar com a ocupação. Foi dessa forma que Alckmin massacrou a ocupação do Pinheirinho.

GREVE PETROLEIRA CONTRA OS LEILÕES DO PRÉ-SAL

O governo Dilma, deixando de lado tudo o que disse na campanha eleitoral, propõe dar um passo importante na privatização da Petrobras. Os leilões, marcados para 21 de outubro, vão entregar o Pré-sal às multinacionais.

Os petroleiros marcaram uma greve nacional contra os leilões, que deve iniciar em 17 de outubro. A direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que é governista e ligada à CUT, teve de convocar essa greve pela pressão da base, embora não tenha nenhuma intenção de levá-la até o fim.

Caso ocorra, será uma greve de uma categoria que tem um peso político à frente da luta contra a entrega do Pré-sal. Isso só pode ser explicado pelas mudanças no país desde junho. Uma confluência das lutas é necessária para fortalecer todas as mobilizações que varrem o país.

– Todos com a educação!
– Abaixo os leilões do petróleo!
– Dilma, suspenda os leilões!

Natal: derrubar o veto do prefeito e conquistar o Passe livre!

Câmara de Natal aprova Passe livre para estudantes em segundo turno, mas prefeito veta. Luta agora é para derrubar o veto.

VEREADORA AMANDA GURGEL (PSTU-RN) festeja aprovação do projeto de lei do Passe Livre na Câmara.

GALERIA da Câmara Municipal lotada de estudantes.

AULA PÚBLICA sobre o PL, na Praça dos Três Poderes, no centro de Natal, organizada pelo movimento Revolta do Busão, no dia 14/10.

GÉSSICA RÉGIS, de Natal (RS)

Nos últimos meses, nas capitais e grandes cidades do país, houve protestos contra os aumentos abusivos das passagens e os péssimos serviços prestados pelas empresas de transporte coletivo. Em Natal, não foi diferente. A cidade sofre com linhas de ônibus defasadas e um péssimo e caro serviço imposto à população pelo monopólio do SETURN, o Sindicato dos Empresários dos Transportes. Diante disso, a juventude foi às ruas e mostrou a sua força, barrando o aumento da passagem por três vezes consecutivas. Através dos sonhos e da luta dessa juventude, foi possível acreditar em uma conquista ainda maior.

O Projeto de Lei Nº 098/2013 que institui Passe Livre foi protocolado no final de junho. Desde então, uma grande campanha tem sido realizada na cidade pela sua aprovação . Foram recolhidas mais de oito mil assinaturas exigindo sua aprovação imediata. Nos dias de votação do projeto, estudantes secundaristas e universitários lotaram as galerias e o entorno da Câmara Municipal, enfrentaram a repressão policial e fizeram com que os vereadores aprovassem. Dos 29 vereadores, 28 foram favoráveis ao PL 98/2013, elaborado pela Assembleia Nacional de Estudantes Livre (ANEL) e apresentado pela Vereadora Amanda Gurgel do PSTU junto com os vereadores Sandro Pimentel e Marcos Antônio, do PSOL. Apenas um vereador faltou à sessão, mostrando a força do movimento. Agora, o Passe Livre segue para sanção ou veto do prefeito Carlos Eduardo (PDT), com prazo de 15 dias para decidir. O prefeito já anunciou que irá vetar.

> Luta em Natal aponta o caminho para instituir o passe livre nacional

INCONSTITUCIONAL É O LUCRO DA MÁFIA DO TRANSPORTE

No início da noite do dia 14, o prefeito de Natal, vetou o projeto de lei do Passe Livre. Carlos Eduardo realizou uma campanha na imprensa para justificar o veto ao projeto. Através do Procurador Geral do Município, a Prefeitura levantou argumentos inconsistentes para tentar desqualificar o projeto e colocar a opinião pública contrária à necessidade urgente da juventude. Prefeito e assessores argumentaram que o projeto seria inconstitucional por não apresentar as fontes de financiamento do Passe Livre. *"O argumento é falso. O projeto indica três fontes de financiamento, que são o repasse de 15% dos lucros anuais das empresas, estimados em R$ 70 milhões; recursos próprios do município, previstos no orçamento através do Plano Plurianual; e convênios com os governos estadual e federal"* destacou Amanda Gurgel.

Contraditoriamente, há cerca de duas semanas, houve o pedido de empréstimo de R$ 105 milhões para obras da Copa do Mundo, aprovado pela Câmara, a pedido do prefeito. Enquanto isso, a saúde do município declara greve contra o caos no setor.

Para a questão do transporte, a única solução apresentada pelo prefeito é uma licitação, continuando com o monopólio do SETURN.

Anualmente, os lucros do SETURN, chegam em media a R$ 70 milhões ao ano, às custas de um transporte caro e de péssima qualidade. O passe livre vai custar R$ 34 milhões por ano. É apenas 0,3% do PIB da cidade e 2,6% da receita de Natal, mas tudo não passa de uma questão de prioridades para a prefeitura que, até o momento, continua beneficiando os empresários e a máfia do transporte. Os argumentos do prefeito não são válidos para uma juventude que tem que escolher o dia de ir ou não ir para a escola. Para um jovem da periferia na zona Norte de Natal, estudar e atravessar a ponte para poder ter acesso à educação e aos bens culturais, é um desafio cotidiano, por isso luta pelo direito ao passe livre.

É PRECISO CONTINUAR COM A MOBILIZAÇÃO

É hora de intensificar a luta pelo passe livre em Natal para derrubar o veto do Prefeito. As vitórias conquistadas até agora só foram obtidas por meio da luta e mobilização.

"É um veto contra os filhos dos trabalhadores de Natal. Por isso, o movimento estudantil, que está acampado em frente à Prefeitura, vai seguir lutando para que a gratuidade vire lei", afirma Amanda Gurgel.

O movimento agora exigirá que a Câmara de Natal, que aprovou duas vezes por unanimidade o projeto, derrube o veto do prefeito e faça valer o direito de todos os estudantes. Estamos muito perto de consolidar um período de vitórias. Rumo ao passe livre nacional!

Marina Silva: a 'nova' velha forma de se fazer política

JEFERSON CHOMA, da Redação

Ao anunciar sua filiação ao PSB, no último dia 5, Marina Silva surpreendeu muita gente, especialmente o PT e sua base aliada. A decisão da ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula ocorreu logo após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negar o pedido de registro de seu partido, a Rede de Sustentabilidade, alegando que a legenda não conseguiu recolher as 492 mil assinaturas de apoio válidas necessárias para sua criação.

Dias antes, contudo, a mesma justiça eleitoral havia aceitado o pedido para a criação de mais dois partidos: o Partido Republicano da Ordem Social (Pros), do atual governador do Ceará Cid Gomes; e o Solidariedade, liderado pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SP), que estava no PDT. As discussões sobre a legalização das duas legendas foi polêmica. Havia indícios de fraudes nas assinaturas coletadas e dois ministros do TSE pediram que fossem feitas novas diligências para exame das assinaturas. O pedido foi negado. O Pros é o mais novo partido da base aliada do governo, enquanto o Solidariedade ensaia uma aproximação com Aécio Neves, pré-candidato à presidência da República pelo PSDB.

Temos muitas diferenças com Marina Silva e o PSB. Mas ao negar o registro para a Rede, enquanto fazia o contrário com os aliados do governo e dos tucanos, a justiça reforçou ainda mais o caráter antidemocrático do processo eleitoral brasileiro. Um processo totalmente controlado pelo poder econômico e agora manipulado com dois pesos e duas medidas em prol de um acordo entre o governo federal e o PSDB.

Mas a filiação de Marina ao PSB, tradicional partido da burguesia, também mostrou outra face deste mesmo processo: os limites de todos aqueles que pretendem realizar uma "nova forma de fazer política" dentro do sistema.

NOVOS ALIADOS

A filiação de Marina Silva mexe, de fato, com a disputa presidencial em 2014. A união com Eduardo Campos pode gerar uma alternativa eleitoral ao governo do PT livre da imagem da direita tradicional, como o desgastado PSDB. Agora, o PSB que administra várias capitais e governos estaduais oferece a ex-ministra uma importante máquina eleitoral, caso a pré-candidatura de Eduardo Campos não decole. Mas também traz à luz o verdadeiro conteúdo de seu projeto político.

Marina aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de votos, atrás somente de Dilma. Sua candidatura cresceu com os protestos de junho. Nas manifestações havia um amplo sentimento de desconfiança com todos os partidos e instituições do regime. Marina esteve bem longe das manifestações de junho. Contudo, a proposta da Rede com a idéia de "fazer política diferente" tentava atrair um setor da população que rompia com o PT e estava cansada de "tudo o que está ai".

Mas o que se travestia como "a nova política" juntou-se, sem cerimônia, à velha política para viabilizar uma candidatura em 2014. Junto com Marina, também se filiaram ao PSB políticos do moribundo DEM. Na lista, estão alguns exemplos do que há de pior na política tradicional como Jorge Bornhausen, que agora virou cacique do PSB em Santa Catarina, e o deputado federal do Piauí, Heráclito Fortes.

O PSB é um tradicional partido da burguesia brasileira dirigido pelo governador de Pernambuco. Em dois mandatos, Campos defendeu os empresários e oligarquias tradicionais do estado, privatizou a empresa de saneamento básico (Compesa) e rodovias, além de privilegiar investimentos que visam favorecer as empresas multinacionais.

O PSB de Eduardo Campos também está longe de defender a causa ambiental. Dos 30 deputados da bancada do partido, 27 votaram pelo novo Código Florestal, considerado pelos ambientalistas um retrocesso na área ambiental que beneficia apenas o agronegócio. Eduardo Campos chegou até a se aproximar do velho líder da bancada ruralista, Ronaldo Caiado (DEM-TO).

No quesito repressão aos movimentos populares, o governo de Campos se iguala ao de Sergio Cabral, Geraldo Alckmin e Tarso Genro. Desde os protestos de junho, vários ativistas foram sequestrados e interrogados sob tortura pela polícia do governador. Longe das manifestações de junho, Marina agora está ao lado daqueles que ordenaram a repressão.

Por todas essas razões, muitos seguidores de Marina Silva manifestaram sua indignação com sua filiação ao PSB. Tanto por sua postura imperial, de se filiar sem consultar as bases da Rede, como o fato de se aliar a velhas raposas da política nacional. De fato, a "nova forma de se fazer política" de Marina não passou de mera ilusão. O que se vê são tradicionais raposas políticas tentando se apresentar como algo "novo" para manter a velha dominação.

A aliança entre Marina e Eduardo Campos, do PSB, é mais uma prova dos limites da "nova forma de fazer política" dentro do sistema.

O Eco-capitalismo de Marina

Como ministra do Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva levou a cabo toda uma política absolutamente contraditória com sua imagem atrelada à política de "sustentabilidade" ambiental.

Foi nessa época que o cultivo de sementes transgênicas foi liberado no país. Marina assinou a liberação. Órgãos federais como o Ibama foram desmembrados e esvaziados para facilitar a concessão de licenças ambientais. No Ministério do Meio Ambiente, sua política obedecia a uma abordagem de que "a floresta precisa ter um valor econômico" para ser preservada. Por isso criou a Lei de Gestão de Florestas Públicas, autorizando a sua concessão para exploração pelo setor privado. Ou seja, essas florestas públicas podem ser privatizadas para que madeireiras possam explorá-las de forma "sustentável".

Com base nessa lei, o governador do Amapá, Camilo Capiberibe (do mesmo PSB de Marina) quer privatizar 1,5 milhão de hectares da floresta, o que representa metade das florestas públicas do estado. Por outro lado, há centenas de famílias camponesas de "posseiros" – seringueiros, castanheiros, caboclos ribeirinhos etc., - que vivem nestes espaços. A privatização das florestas irá expulsá-las.

A lei também permite que as florestas possam cair nas mãos da indústria farmacêutica e de cosméticos, abrindo espaço para a chamada biopirataria. Um dos principais animadores da Rede, Guilherme Leal, vice de Marina na eleição de 2010 e presidente da Natura, é investigado pelo Ministério Público Federal por cometer "biopirataria". Sua empresa teria usurpado um fruto utilizado por índios da região, o murmuru, para a produção de shampoos e sabonetes.

Como se vê, Marina prega o discurso do "desenvolvimento sustentável", mas procura mesmo fomentar o desenvolvimento dos grandes negócios do capitalismo, transformando a natureza em mercadoria. O resultado é a devastação das florestas e expropriação das populações tradicionais que nela vivem.

O outubro das universidades paulistas: um exemplo para o país

ARIELLI TAVARES MOREIRA, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

"A juventude brasileira ocupou as ruas do país em junho, demonstrando toda sua revolta contra os governos, os políticos corruptos e a polícia. A força da nossa mobilização derrotou os aumentos das tarifas e nos ensinou que é legitimo lutar e possível vencer. Agora, a ocupação da reitoria e a greve geral estudantil da USP evidenciam que a indignação das ruas chegou às universidades." (Carta da USP ao Movimento Estudantil Brasileiro)

O texto acima foi aprovado durante a ocupação da reitoria da USP. Ele é uma expressão do processo de luta que sacode as duas principais universidades estaduais paulistas. Nas últimas semanas, as Jornadas de Junho se refletem na USP e na Unicamp. O ascenso que abalou a estabilidade política do país invadiu as universidades sem pedir licença.

A radicalização das ocupações, greves e paralisações é acompanhada por reivindicações que questionam todo o projeto de educação do governo estadual tucano. São mobilizações políticas, com programas democráticos, que enfrentam a burocracia acadêmica. O exemplo da indignação das ruas está presente nas assembleias e manifestações.

Ato no campus da USP exigindo eleição direta para reitor

NÃO É SÓ POR "DIRETAS JÁ": É PELA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA NA USP

A USP tem a estrutura de poder mais antidemocrática das universidades públicas brasileiras. É uma verdadeira ditadura controlada pela burocracia acadêmica. As eleições para reitor não se enquadram sequer nas leis federais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Menos de 2% da comunidade universitária participa do pleito.

A luta dos estudantes é, em primeiro lugar, pelo direito ao voto, por eleições diretas para reitor, para diretores de unidades e chefes de departamento. Mas não para por aí. Para democratizar a USP, é preciso atacar toda a sua estrutura de poder e ampliar o acesso à universidade. O controle burocrático sobre as decisões na USP está a serviço de um projeto de universidade elitista e racista, que aumenta o financiamento privado das pesquisas e exclui os jovens mais pobres do ensino superior público.

O movimento estudantil tem essa clareza e já aprovou suas pautas principais. Entre elas, estão não só as eleições diretas, mas também a convocação da Estatuinte Livre e Soberana, que revolucione a estrutura de poder da USP. Além disso, foram aprovadas a defesa das cotas raciais e reivindicações relacionadas à permanência estudantil (RUs, casas de estudantes etc.).

FORA PM DE ALCKMIN DA UNICAMP

No mês de setembro, a trágica morte de um aluno no interior da universidade reacendeu o debate sobre a segurança na Unicamp. A reitoria, como não poderia deixar de ser, anunciou como solução colocar a Polícia Militar dentro do campus.

A juventude paulista vem enfrentando a truculência da PM do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Por isso, ao contrário do esperado, a comunidade universitária, em especial os estudantes, se levantou contra a entrada da polícia na universidade.

A burocracia acadêmica quer, além de militarizar o campus, proibir festas e punir estudantes. Por isso, o movimento exige um projeto alternativo de segurança, elaborado por aqueles que estudam e trabalham na universidade, que não se baseie nem nas sindicâncias do reitor José Tadeu Jorge, nem na polícia de Alckmin. Em assembleia geral, os alunos aprovaram um manifesto pela desmilitarização da Polícia Militar. O movimento estudantil paulista já compreendeu que polícia não é segurança. Pelo contrário, é repressão, criminalização dos movimentos sociais e genocídio da juventude negra.

ALCKMIN: CORRUPTO, DITADOR E INIMIGO DA EDUCAÇÃO

O processo de mobilização estudantil se amplia no estado de São Paulo. A força das ocupações e das greves está conquistando a opinião pública e isolando as reitorias, que não conseguem reprimir o movimento.

Na Unicamp, as negociações entre estudantes e reitoria já estão adiantadas, e algumas vitórias, garantidas. O reitor Tadeu foi obrigado a declarar que não vai fazer o convênio com a Polícia Militar.

Na USP, os pedidos de reintegração de posse do prédio da reitoria foram negados pela Justiça. Agora, o reitor João Grandino Rodas terá de abrir negociações com os estudantes. Os professores e os funcionários da universidade já começaram a debater a possibilidade de uma greve geral das três categorias.

O movimento também deu passos fundamentais para sua união, com a realização de dois atos estaduais unitários. A unidade estadual da mobilização é uma condição para que a luta continue avançando, pois os estudantes estão mobilizados contra o projeto do governo estadual que privatiza as universidades e é racista.

O governador Alckmin é o grande responsável pela elitização e pela militarização das universidades públicas paulistas. Além de corrupto e ditador, o tucano também é inimigo da educação. Por tudo isso, a Juventude do PSTU tem chamado o movimento estudantil paulista a se juntar ao conjunto dos movimentos sociais do estado. Chegou a hora de unificar todos os lutadores pelo "Fora Alckmin!".

CONSTRUIR EM TODO O PAÍS AS JORNADAS DE OUTUBRO

A luta dos estudantes da USP e da Unicamp mostra um caminho a seguir. É tempo de sacudir as universidades com a força das ruas. A juventude que derrubou as tarifas dos transportes pode transformar a educação brasileira.

O PSTU concorda e defende o chamado da "Carta da USP ao Movimento Estudantil Brasileiro", aprovada na ocupação. Em todo o país, o partido estará ao lado da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL) e de todos os ativistas, construindo "uma jornada nacional de greves e ocupações".

Em junho, as ruas foram ocupadas por direitos. Em agosto, foram as Câmaras Municipais pelo passe-livre estudantil. Agora, em outubro, chegou a vez de ocupar as reitorias por uma educação pública e de qualidade, a serviço dos trabalhadores. Como dizem os estudantes da USP, "não podemos perder tempo! É o momento de desafiar a ordem, pois nossos sonhos tem pressa!". ■

Greve de petroleiros e atos de rua impulsionam luta contra leilão do Pré-sal

DALMO RODRIGUES PSTU da Baixada Santista

Parabéns a todos os funcionários da Petrobras. São nossos heróis", escreveu a presidenta Dilma Rousseff (PT) - em sua conta oficial no twitter (microblog popular na internet). A frase é uma alusão ao aniversário de 60 anos da Petrobras, celebrado no dia 3 de outubro. Além desta, outras cinco mensagens eufóricas foram compartilhadas por ela durante aquela manhã.

Mas com um detalhe: nenhuma mensagem citou as mobilizações que naquele mesmo dia ocorriam em todos os cantos do país, nas unidades da Petrobras, contra o leilão de Libra. Os petroleiros cruzaram os braços, transformando um dia de festa em dia de luta. Porque, de fato, não há razões para comemorar. No dia 21 de outubro, está agendada a maior privatização da história do país.

O aniversário da Petrobras pode ser considerado o marco de uma série de mobilizações e atividades que aconteceram até 21 de outubro, mas não é o ponto de partida desta empreitada. Um dia antes (2 de outubro), por exemplo, a festa preparada pela companhia já havia sido "estragada" por uma ocupação em seu Edifício-Sede (Edise), no Rio de Janeiro (RJ). Petroleiros aposentados e pensionistas ocuparam o saguão do prédio por algumas horas. Há quase um mês, ativistas de movimentos sociais estão acampados em frente ao Edise para protestar contra a privatização do petróleo brasileiro.

Além disso, em outras unidades da Petrobras no país, festas e cerimônias preparadas pelas gerências foram canceladas para não causar ainda mais revolta na categoria em pleno aniversário de 60 anos. A presidente da companhia, Graça Foster, um tanto desconfortável, admitiu resignada que não havia razões para festa com os trabalhadores paralisados. Cortes de rendição, atrasos e greves parciais estão acontecendo na empresa desde o início de outubro.

Somada à indignação pela entrega do petróleo brasileiro, boa parte da categoria – em plena campanha salarial – também está insatisfeita com a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho. Sem aumento real no salário base (são 17 anos de reajuste apenas pela inflação), nenhuma sinalização de revisão no plano de cargos e manutenção de praticamente todas as cláusulas do atual acordo, a oferta feita pela empresa é considerada uma das piores nos últimos anos.

17 de outubro é Dia Nacional de Luta contra o Leilão!

Esses dois ingredientes – leilão de Libra e campanha salarial – são o combustível de uma grande greve nacional e unificada que deve acontecer em 17 de outubro na categoria petroleira. As duas federações que representam a categoria (FNP, que tem sindicatos filiados à CSP-Conlutas, e FUP, filiada à CUT), estão indicando aos mais de 80 mil petroleiros de suas bases que cruzem os braços nesta data, somando-se a uma série de mobilizações que afetam empresas e governos desde as jornadas de junho.

Bancários, trabalhadores dos correios, professores do Rio de Janeiro e, agora, os petroleiros estão demonstrando que o clima de instabilidade no país está longe de se esgotar e que é possível lutar e vencer. A possibilidade que a greve de petroleiros se estenda por tempo indeterminado não está descartada e algumas assembleias já foram realizadas com resultados favoráveis à paralisação.

Entretanto, não é apenas a categoria petroleira que se move para transformar o dia 17 de outubro em um dia de luta.

Pelo contrário, a greve marcada servirá de impulso para uma série de atos de rua e atividades que devem acontecer em várias cidades, articuladas nos diversos comitês contra o leilão que vêm se reunindo nas principais capitais do país e municípios atingidos pela exploração do pré-sal.

Mais de 80 entidades – entre sindicatos, centrais, federações, entidades estudantis e movimentos sociais – estão construindo o dia 17 de outubro como um Dia Nacional de Lutas contra o leilão das reservas do Campo de Libra, localizado na Bacia de Santos. Dentre eles, a CSP-Conlutas e suas entidades filiadas, como ANEL e MML, vão jogar peso nesta campanha, que inclui ainda mobilizações durante toda a semana anterior ao leilão e, também, no dia 21 de outubro – quando está prevista uma grande manifestação nacional.

Foi justamente com a tarefa de envolver os diversos setores de ativistas nesta campanha que, durante o 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML), mais de 2.300 mulheres aprovaram uma resolução contra o leilão de Libra. Com isso, trabalhadoras das mais diversas categorias se juntaram à luta para barrar a entrega do petróleo brasileiro. O mesmo foi definido pela CSP-Conlutas, na última reunião de coordenação da entidade em setembro. Não é diferente com a ANEL, porque os estudantes sabem que não ocuparão o seu lugar no futuro com as promessas e ilusões criadas em torno dos royalties.

Trabalhadores e trabalhadoras, ativistas dos movimentos sociais e estudantes de todo o Brasil devem se levantar e ocupar as ruas para exigir de Dilma o cancelamento do leilão de Libra e gritar, em alto e bom som: leilão é privatização!

Todos com a educação! Co

Lutas crescem pelo país e desafiam repressão

DA REDAÇÃO

Perdeu quem apostou que as mobilizações e lutas sociais iriam diminuir em outubro. Os ventos de junho ainda sopram, e com força. Nas últimas semanas, trabalhadores e a juventude vêm protagonizando inúmeras batalhas país afora. Não são grandes passeatas como as de junho, é verdade. Tampouco, as paralisações dos dias 11 julho e 30 de agosto, que ensaiaram uma greve geral.

Mas isso não significa que são menos importantes. São apenas diferentes. Em geral, são lutas e mobilizações travadas em escala local por reivindicações salariais ou defendendo bandeiras democráticas que enfrentam a repressão e o autoritarismo dos governos. Também não são espontâneas, como as de junho. Geralmente, as lutas atuais são conduzidas por entidades sindicais e estudantis.

Já a forte repressão desatada contra esses movimentos tem o claro objetivo de fazer os governos retomarem o controle político da situação que a classe dominante, em grande medida, perdeu depois das mobilizações de junho.

EDUCAÇÃO

O ponto alto das lutas travadas no país é a greve da educação no Rio de Janeiro. Após enfrentar uma forte repressão da polícia, a greve dos trabalhadores ganhou apoio e simpatia da população, enquanto o repúdio à brutalidade do governador Sergio Cabral e do prefeito Eduardo Paes não para de crescer.

A passeata realizada no dia 7 outubro é prova disso. Mas de 50 mil pessoas foram às ruas em resposta aos ataques à educação e contra a repressão policial. Foi a maior manifestação ocorrida desde junho, mas desta vez foi organizada e encabeçada pela categoria dos educadores.

A greve dos profissionais da educação ocorre desde setembro e ganha cada vez mais força. Há protestos de solidariedade dos professores até em outras cidades, como em São Paulo. Na tarde do dia 11, o Tribunal de Justiça concedeu uma liminar suspendendo a sessão da Câmara do Rio que aprovou a lei do novo plano de cargos e salários dos professores. Segundo parecer da juíza, *"o exercício do direito da maioria parlamentar decidir não pode, jamais, em uma sociedade que se pretende plural, livre e democrática, ser realizado em uma situação de exceção à normalidade que impeça a garantia do valor da democracia"*. Essa decisão é uma vitória arrancada pela greve e mostra a sua força e justeza. Como muitos ativistas sabem, a justiça apenas se coloca contra os poderosos em situações muito especiais, de grandes lutas e mobilizações.

Mas a luta ainda não acabou. Novos protestos estão marcados e, certamente, enfrentarão a repressão dos governos Paes e Cabral.

A luta da educação também ganha dimensão nacional. Várias manifestações são realizadas no dia 15 de outubro, Dia do Professor. Já existem greves em outros estados, como em Goiás, Piauí e Mato Grosso do Sul. Quando fechávamos esta edição, os professores de Minas Gerais haviam marcado greve para o dia 17 de outubro. Muitos lembram do impacto das greves da educação pela aplicação do piso salarial, em 2012. Diante da nova situação política do país, aberta em junho, a retomada de uma luta em escala nacional dos trabalhadores em educação ganha força expressiva.

JUVENTUDE

O movimento estudantil também protagoniza uma séria de lutas importantes. As mais importantes são as das reitorias da USP e da Unicamp. Na USP, além da reitoria também foi ocupada a direção do *campus* localizado na Zona Leste de São Paulo. Na USP, a luta é pela democracia na escolha do reitor. A universidade tem uma das estruturas mais antidemocráticas do país (leia p.6). Na Unicamp a luta é pela saída imediata da PM do *campus*.

Na USP, a ocupação vem acompanhada de uma forte greve estudantil, votada e aprovada em diversos cursos da universidade. Na Unicamp, a mobilização cresce a cada dia e ganha corpo o sentimento de rechaço à militarização do *campus*.

Em Natal (RN), a mobilização da juventude pelo Passe Livre teve duas importantes vitórias na Câmara de Vereadores. Uma vez aprovado o Projeto de Lei Nº 098/2013, de autoria da vereadora do PSTU, Amanda Gurgel, que institui a gratuidade para todos os estudantes no município, a decisão de vetar ou não ficou nas mãos do prefeito Carlos Eduardo (PDT). No entanto, ele já anunciou que irá vetar. Por isso, a juventude promete inundar as ruas com sua luta e irreverência. Só com uma ampla mobilização a juventude conquistará o Passe Livre em Natal (leia p.4).

CAMPANHAS SALARIAIS

Também marcam o atual momento político, as inúmeras campanhas salariais protagonizada por metalúrgicos, bancários e petroleiros. Em algumas, há registro de rebeliões de base contra os sindicatos governistas, como nos trabalhadores da Scania contra o Sindicato de São Bernardo do Campo, filiado à CUT. Em outros, as direções pelegas conseguem trair o movimento e impedir a radicalização da greve. A última palavra, contudo, não foi dita. E muitas das campanhas salariais poderão ganhar contornos radicais, se enfrentando com a patronal, governos e com sindicatos pelegos.

LUTAR CONTRA PRIVATIZAÇÃO DO PRÉ-SAL!

Em meio a uma situação fervilhante, o governo Dilma, marcou para o próximo dia 21, a realização de uma das maiores privatizações da história, comparável às privatizações da Vale do Rio Doce e da Telebrás realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O que se pretente privatizar

ntra os leilões do petróleo!

Foto: Eric Dau

não é nada mais nada menos do que o petróleo do Pré-sal através do leilão do Campo de Libra. Estima-se que o campo possui entre 8 a 15 bilhões de barris. Sua entrega ao capital estrangeiro será um duro golpe à soberania nacional (leia p. 7).

Por isso, o dia 17 de outubro é o Dia Nacional de Mobilização contra o Leilão do Pré-sal. No Rio de Janeiro, ocorrerá uma passeata no centro da cidade para exigir o cancelamento da criminosa privatização do petróleo brasileiro. Nesta mesma data ocorrerá a greve nacional dos petroleiros, chamada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT, e pela Federação Nacional dos Petroleiros, na qual atua ativistas da CSP-Conlutas. Vamos às ruas defender o nosso petróleo e impedir mais um crime contra a nossa soberania!

✔ Abaixo a repressão! Dilma, impeça a repressão aos movimentos sociais!
✔ Em defesa da educação! 10% do PIB para a educação pública já! Com royalties não dá!
✔ Dilma, suspenda o leilão do Pré-sal. Por uma Petrobras 100% estatal.

Repressão e criminalização para impedir um novo junho

DA REDAÇÃO

A retomada das lutas que ocorre este mês, com greves, ocupações de reitorias e manifestações, vem seguida também de um recrudescimento da repressão policial e toda uma contra-ofensiva de criminalização dos protestos e movimentos sociais. Vai ficando cada vez mais clara a articulação dos diversos aparatos repressivos, da Justiça, dos governos e da burguesia em golpear os ativistas e suas organizações.

É o mesmo padrão piorado observado no 7 de setembro. Consiste em repressão direta, detenções e inquéritos forjados com a intenção, às vezes declarada, de servir como um exemplo aos demais manifestantes.

O LABORATÓRIO DO RIO

No Rio de Janeiro, epicentro dessa nova efervescência de lutas, as cenas diárias de brutalidade da Polícia Militar investindo contra os profissionais da educação em greve chocaram o país. Equipe do jornal O Globo chegou a flagrar o momento em que policiais militares forjam um flagrante para deterem um jovem manifestante. Nas imagens, um dos policiais caminha segurando três morteiros. Ao abordarem um grupo de jovens, o PM se coloca ao lado dele e deixa cair os morteiros enquanto revista sua bolsa. É a deixa para que outro policial dê voz de prisão ao manifestante por "estar com três morteiros".

O mesmo policial que detém o jovem é o mesmo que apareceu, no mesmo dia, com um equipamento parecido com um extintor, lançando um jato de spray de pimenta nos educadores em frente à Câmara Municipal.

A selvageria covarde praticada contra os educadores provocou o amplo rechaço da população e acabou levando, no dia 7 de outubro, mais de 50 mil pessoas às ruas. Ao final do ato, mais uma vez, a PM aproveitou de uma ação localizada dos Black Blocs para desferir uma repressão gratuita e generalizada contra todo o ato.

Foi mais um capítulo de um processo de criminalização bastante avançado no Rio, que inclui a aprovação pela Assembleia Legislativa da lei esdrúxula que proíbe o uso de máscaras e do processo que resultou na prisão de três administradores da página do Black Bloc na Internet em setembro. Eles ficaram nove dias detidos acusados por "formação de quadrilha armada e incitação à violência". Enquanto fechávamos essa edição, a Polícia Civil realizava uma nova leva de busca e apreensões, levando computadores, DVDs, e pen drives de ativistas.

A Polícia Federal, junto à Interpol, também investiga ações de grupos como o Anonymous e o Black Bloc.

Em Porto Alegre, ocorre algo semelhante, com a perseguição de ativistas do Bloco de Lutas que provocou a invasão das casas de militantes como a de Matheus Gomes, militante do PSTU, indiciado pela polícia por envolvimento em "organização criminosa" (leia p. 10).

A VOLTA DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Em São Paulo, no mesmo dia 7 de outubro, um jovem casal de manifestantes foi preso e indiciado pela famigerada Lei de Segurança Nacional, lei editada na ditadura militar.

Com a garota de 19 anos e o rapaz de 24, foram encontrados três latas de tinta, um manual de como se portar em manifestações e uma bomba de gás lacrimogêneo já detonada. Foram enquadrados no artigo 15 da LSN que penaliza, de três a 10 anos de prisão, quem *"praticar sabotagem contra instalações militares, meios de comunicações, meios e vias de transporte"*.

Também estão sendo acusados de *"dano qualificado, pichação de monumento urbano e posse ilegal de arma de fogo restrito"*, este último por conta da bomba já detonada. De acordo com as palavras do próprio delegado, o indiciamento seria um "exemplo".

Longe de ter sido um delírio isolado de um delegado reacionário, a utilização da Lei de Segurança Nacional marca uma inflexão do governo paulista na repressão e criminalização dos protestos. O governo já anunciou que voltará a utilizar balas de borracha nas manifestações, banidas após a brutal repressão do dia 13 de junho que deixou vários feridos, incluindo um fotógrafo que perdeu a visão de um olho.

A Secretaria de Segurança Pública do estado também anunciou que todos

os envolvidos serão indiciados num único inquérito por "associação criminosa", além da criação de uma força-tarefa entre as Polícias Civil e Militar e o Ministério Público, nos moldes da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas criado no Rio. Tais forças tarefas juntam setores que, em tese, deveriam ser independentes justamente para coibir abusos.

ABAIXO A REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO

As prisões, inquéritos forjados e perseguições a ativistas não deixam margem para dúvidas: estamos diante de uma escalada da criminalização do movimento. A tática é considerar movimentos sociais como "organizações criminosas" e, a partir daí, perseguir seus dirigentes. Uma contra-ofensiva dos governos e da burguesia para impedir que as atuais mobilizações deságuem num novo junho. Isso vem provocando uma perseguição talvez sem precedente na história recente do país, após a redemocratização, que coloca hoje a possibilidade concreta da condenação de militantes pelo simples fato de lutarem.

É preciso que todas as organizações de esquerda, sindical e dos movimentos sociais e populares, mas também qualquer organização que defenda as liberdades democráticas, empreendam uma forte campanha contra a criminalização do movimento. Da mesma forma, é necessário levantar a bandeira pelo fim da Polícia Militar, por uma única força policial, civil e controlada diretamente pela população.

“Querem transformar sujeitos políticos em criminosos”

O Opinião Socialista entrevistou Matheus Gomes, militante do PSTU, membro do DCE da UFRGS e do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre (RS). Recentemente, Matheus foi alvo da repressão policial do governo de Tarso Genro (PT). Teve sua casa invadida pela polícia e foi indiciado por “formação de quadrilha”. Confira a entrevista.

DA REDAÇÃO

OPINIÃO SOCIALISTA – COMO FOI A AÇÃO DA POLÍCIA EM SUA CASA?

Matheus Gomes – Tudo aconteceu no dia 1º de outubro. Uma ação coordenada da Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão na casa de diversos ativistas e organizações políticas que compõem o Bloco de Lutas aqui em Porto Alegre. Eles chegaram a pedir a nossa prisão preventiva, mas isso foi negado pelo juiz. Eu não estava em casa, mas eles procuraram meu pai e disseram que, se eu não fosse até lá, iam arrombar minha porta. Foi da mesma forma faziam na época da ditadura militar. Os policiais entraram e logo perguntam por armas e drogas. No final, levaram textos de teoria marxista, materiais políticos como panfletos, fichas de filiação do PSTU, adesivos, cadernos e o meu notebook. Também foi assim na casa dos outros companheiros. A polícia já tinha invadido a sede da Federação Anarquista Gaúcha antes. Desta vez, invadiu também o Espaço Cultural Moinho Negro, com o mesmo objetivo: buscar provas para afirmar que somos uma quadrilha especializada em roubos, saques e depredações.

QUE OBJETIVOS ESTÃO POR TRÁS DA INVESTIDA POLICIAL?

Matheus – De cara é possível perceber o conteúdo político da investida. A polícia e o governo Tarso, do PT, querem transformar os principais dirigentes e figuras públicas das mobilizações em criminosos. O inquérito diz que eu sou líder de uma facção perigosa, que comete crimes. Também cita todas as organizações políticas, estudantis, sindicais e populares e tem um mapeamento completo dos ativistas, com relatos desde 2012, o que revela que existe monitoramento e infiltração de agentes da polícia nas reuniões, assembleias e outras atividades do movimento.

É uma tentativa de criminalização de todo o movimento. Querem nos desmoralizar frente à sociedade, relacionando a nossa luta justa por direitos sociais básicos, como o passe-livre, a educação e a saúde pública e de qualidade, com atos criminosos. Não cometemos crime algum, apenas organizamos as manifestações, direito que consta na própria Constituição Federal. Nesse momento, podemos ver o verdadeiro papel das instituições do Estado, como a polícia e o Judiciário, que é atuar a serviço dos governos e da classe dominante. Tarso está a mais de mil dias sem cumprir a Lei do Piso Nacional dos professores, e nada acontece com ele. Nós, que ousamos denunciar o conluio entre os governantes e empresários, somos considerados criminosos.

> “[Eles têm] mapeamento completo dos ativistas, com relatos desde 2012, o que revela que existe monitoramento e infiltração de agentes da polícia nas reuniões, assembleias e outras atividades do movimento.

> “O PT passou de impulsionador do movimento para repressor

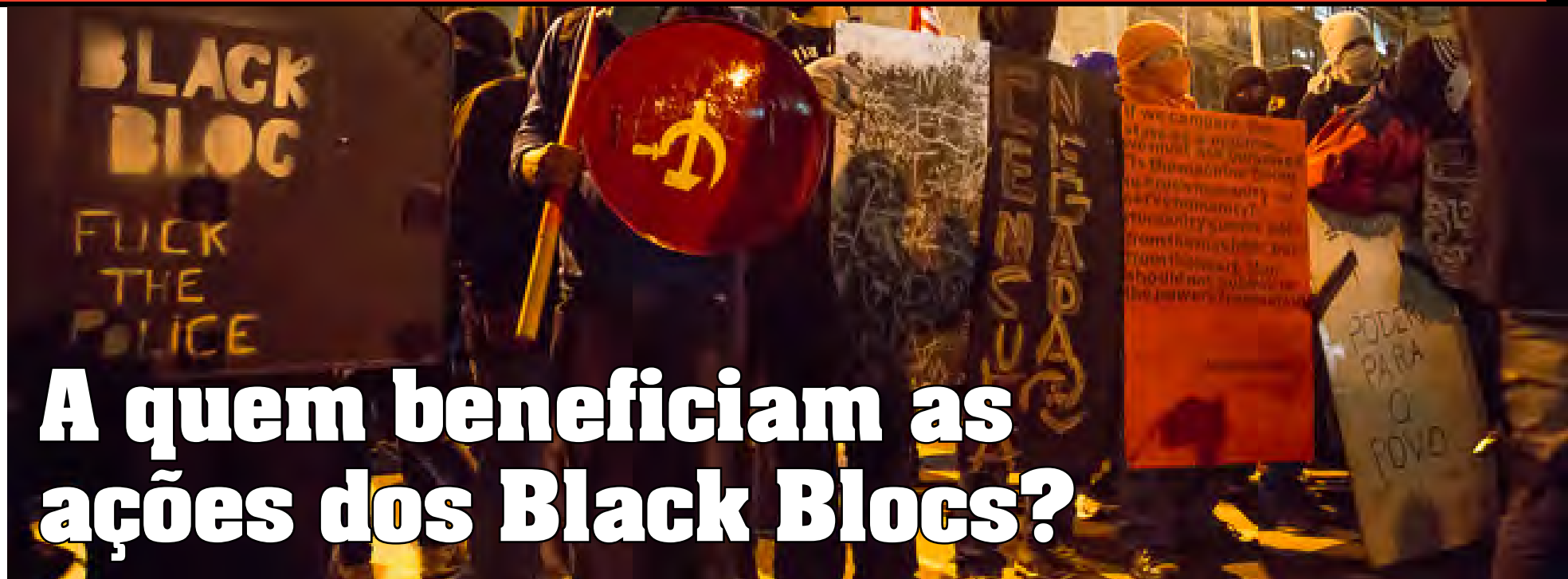
QUAL É A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO PT NESTA AÇÃO?

Matheus – Tarso e a cúpula do PT sabiam de tudo. O próprio delegado responsável pelo inquérito confirmou. A repercussão negativa da ação acuou o governo e a polícia, que acabaram abrindo mão de levar adiante outros mandados, mas a máscara de Tarso já caiu. Há algumas semanas, veiculou nas rádios e na televisão uma propaganda do PT afirmando que Tarso tinha construído novas formas de participação popular e dialogado intensamente com os movimentos de junho. É uma mentira completa! Tarso tentou cooptar o Bloco de Lutas e não conseguiu. Agora tenta calar a nossa voz, usando métodos da ditadura militar, que foi tão combatida pelo governador no passado.

Uma das principais promessas de Tarso era construir uma relação amigável com os movimentos sociais, que derrotaram a governadora Yeda, responsável pelo assassinato do sem-terra Elton Brum e pela dura repressão aos professores. Mas Tarso está seguindo o mesmo caminho. Não dialogou com a greve da educação, jogou bombas nos professores e agora chegamos ao escândalo do indiciamento de três educadores, que foram presos após um protesto por portarem uma bandeira do CPERS [Sindicato dos professores do RS]. A polícia os responsabilizou por depredações durante a manifestação. O PT passou de impulsionador do movimento para repressor. Os ativistas do nosso estado estão concluindo sua experiência com o PT. Recentemente, tivemos a expulsão do PT do Bloco de Lutas, após a dura repressão ao ato dos indígenas e quilombolas em frente ao Palácio Piratini.

COMO O MOVIMENTO REAGIU A REPRESSÃO?

Matheus – A reação do movimento está forte. Na mesma semana do ataque, fizemos uma plenária com a presença de mais de 50 organizações e uma centena de ativistas, que organizou as mobilizações do dia 10 de outubro, em frente ao Palácio Piratini e à Prefeitura Municipal.

O PSTU aqui do Rio Grande do Sul está impulsionando uma campanha para exigir a retirada imediata de todos os inquéritos, a apuração dos abusos policiais cometidos e a demissão do secretário de Justiça do Estado. Também exigimos o fim do monitoramento das organizações e a perseguição aos ativistas, que já receberam ameaças da polícia. A repressão do Estado não vai abalar nosso sonho de transformar a realidade. As mobilizações de junho abriram essa possibilidade em nosso país e temos certeza que novos levantes virão. É a única forma de derrotar a ofensiva dos governos e da burguesia. Vamos continuar em luta para levar essa tarefa adiante.

A quem beneficiam as ações dos Black Blocs?

PSTU-RJ

Rio de Janeiro, 7 de outubro. Uma multidão se aglutinou no centro da cidade e seguiu em passeata pela Avenida Rio Branco. A passeata foi tão grande que não era possível ver seu início nem seu final. Naquele dia, mais de 50 mil pessoas saíram às ruas para defender os profissionais da educação contra os ataques de Sérgio Cabral e Eduardo Paes.

Acuados, o governador e o prefeito oram forçados a desistir, momentaneamente, da repressão. A polícia permaneceu, em grande parte, aquartelada, e as ruas, por algumas horas, foram apenas dos trabalhadores. Isso demonstrou a força das massas.

Porém, no final, ocorreu o episódio que ganharia destaque nos telejornais e nas conversas dos trabalhadores: Black Bloc e Policiais Militares se enfrentaram isoladamente em frente à Câmara Municipal. Começou a repressão e o quebra-quebra.

UMA TÁTICA A SERVIÇO DE QUE OBJETIVO?

Antes de tudo, reafirmamos que nossa crítica política ao Black Bloc não muda em nada a defesa que fazemos destes ativistas e grupos contra a repressão da polícia e da Justiça burguesa. São lutadores que muitas vezes se equivocam, mas são lutadores. Para nós, é um princípio defender todos os lutadores contra a repressão dos governos burgueses.

Contudo, não podemos confundir a defesa com acordo com as ações do Black Bloc. Quem sempre defendeu que a esquerda não pode debater e criticar a si mesma foi, historicamente, o stalinismo.

Muitos companheiros honestos argumentam conosco que o Black Bloc é uma tática de defesa das passeatas. No entanto, esta não tem sido a realidade no Rio.

Temos acordo de que é necessário organizar a defesa das manifestações. Esta é uma necessidade que surge da ação violenta da polícia a mando dos governos. Queremos organizar a defesa das passeatas para proteger fisicamente os que estão nelas e derrotar as pretensões dos governos em desatar a repressão.

Nosso grande objetivo deve ser trazer um número cada vez maior de pessoas às ruas. Na passeata do dia 7 de outubro, a PM se retirou das ruas não por conta da presença do Black Bloc, mas porque havia 50 mil pessoas na Avenida Rio Branco. Quanto mais massivas forem as passeatas, mais dificuldades a polícia terá para reprimir o movimento. Mas as ações do Black Bloc acabam esvaziando as futuras mobilizações.

Os Black Bloc devem explicar por que a mídia não mostra uma só imagem dos 50 mil em marcha, mas gasta horas de seus telejornais para exibir as depredações e ações isoladas. A mídia seleciona essas imagens com dois objetivos: amedrontar a classe trabalhadora para que não participe das mobilizações e criminalizar a luta dos educadores.

A tônica da atuação do Black Bloc no Rio é o enfrentamento permanente com a polícia e a depredação por meio da ação individual ou de pequenos grupos. Achamos isso completamente errado. Tais ações poderiam ser corretas se realizadas com o conjunto dos trabalhadores e não com um grupo pequeno de vanguarda.

Alguns grupos anarquistas (não todos eles, é importante que se diga) acham que isso serve de exemplo para a juventude oprimida, que os seguirão em suas ações rumo ao fim do capitalismo e do Estado burguês. Isso é um equívoco e só afasta as massas.

Muito longe de serem fruto da revolta popular, estas ações, conscientemente organizadas, tentam substituir a ação das massas na rua. Por isso, estes ativistas não estão preocupados com a mobilização crescente da classe trabalhadora, mas com suas próprias ações.

Não estamos discutindo a ação espontânea de trabalhadores perante uma injustiça. Por exemplo, os moradores de uma favela quando descem e quebram o comércio de luxo diante da morte de um jovem negro da comunidade. Estamos discutindo a ação política consciente de grupos que organizam os Black Bloc. Estes grupos erram ao fazer política sem levar em conta o que a classe pensa, mesmo discordando dela. Tomando como um exemplo, se a grande maioria dos trabalhadores acha que a greve não é o melhor instrumento de luta, não podemos fazer a greve sem eles, mesmo que queiramos.

A repressão dos movimentos sociais é política de Estado no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. A polícia e o governo sabem que têm superioridade militar sobre nós, por isto, sempre que possível, usam a repressão. Se não podemos, por enquanto, derrotar militarmente a repressão, existem momentos em que é possível derrotá-la politicamente, forçando o governo e a polícia a recuarem.

O dia 7 de outubro foi emblemático neste sentido. A maioria da população havia sido ganha para defender os professores contra Paes e Cabral. O repúdio aos governos era tamanho que a PM foi orientada a não intervir. Sequer um efetivo militar considerável foi mobilizado. Diante desta retumbante vitória, um grupo Black Bloc resolveu destruir a Câmara Municipal e seus arredores, provocando a repressão. Ao organizarem uma ação contrária às deliberações do sindicato e da categoria, esse grupo contribuiu para enfraquecer as entidades dos trabalhadores.

Esta ação poderia ter jogado no lixo todo o trabalho político que a categoria e o Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação (Sepe) tiveram para ganhar a população para o seu lado e colocar o governo na defensiva. Cada trabalhador que é ganho pelo governo contra a greve dos professores significa uma bala a mais que o governo consegue disparar sobre nós.

Queremos chamar os militantes que estão construindo a luta cotidianamente, inclusive aqueles que organizam o Black Bloc no Rio, a fortalecer a luta dos educadores. Chamamos também a organizar, coletivamente, a defesa das manifestações e planejar as ações dos atos em conjunto com a categoria e sua entidade, o Sepe, e a não fazer nenhuma ação contrária as deliberações dos professores.

Que programa defendemos?

Lutar não é crime, lutar é direito: contra a repressão aos movimentos sociais!

Em defesa de todo ativista atacado pela repressão ou perseguido pelo Estado!

Construir a autodefesa dos trabalhadores em luta!

Pela desmilitarização e fim da Polícia Militar!

Pela construção de uma polícia civil eleita democraticamente e controlada pela comunidade!

SÉRGIO KOEI

Um encontro que entrou para a história do movimento feminista

ANA PAGU, direto de Sarzedo (MG)

Ao som das batidas do Maracatu, começou o I Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta (MML). As delegações de cerca de 18 estados do país ainda chegavam a Minas Gerais quando entidades sindicais (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos), movimentos feministas (Marcha das Vadias, Marcha Mundial de Mulheres, Frente pela Legalização do Aborto, Rede Feminista na Saúde), popular (Luta Popular e MTST) e partidos (PSOL, LER-QI e PSTU) saudavam a abertura deste que foi um dos maiores encontros classista de mulheres dos últimos 20 anos.

A abertura foi na capital mineira, no dia 4 de outubro e contou com uma palestra de Lola Aronovich, do blog Escreva Lola Escreva. Nos dias 5 e 6, na cidade de Sarzedo, 148 crianças, 100 militantes na equipe de apoio e 2.000 mulheres formaram o público do encontro. Eram mulheres negras, lésbicas, transexuais, bancárias, metalúrgicas, professoras, operárias, jovens e aposentadas que se reuniram para discutir e organizar a luta das mulheres trabalhadoras no novo momento que o Brasil vive, após as grandes mobilizações de junho.

Num mesmo espaço, estiveram sindicalistas, ativistas de base, donas de casa, operárias, mulheres que se inscreveram de forma independente para participar e trabalhadoras das bases dos sindicatos filiados à CSP-Conlutas. Destacou-se a presença de entidades nacionais importantes, como Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Sindicato Nacional dos Servidores Federais (Sinasefe), Federação Nacional dos Gráficos, e entidades nacionais que não estão filiadas à CSP-Conlutas, tais como Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro) e Federação dos Trabalhadores das Universidades e Institutos Federais (Fasubra).

Os painéis de conjuntura, que ocorreram de forma simultânea em dois auditórios, abriram os trabalhos do dia 05 e contaram com a presença de representantes da CSP-Conlutas, Feraesp, Condsef, ANEL e Sindicato da Construção Civil de Altamira, além de representantes de grupos que escreveram contribuições para o encontro.

Em seguida, houve uma mesa de organização do movimento, que fez um breve balanço do MML até aqui e da necessidade de estruturação nos estados e municípios, na base, nos locais de trabalho e comunidades.

Após o almoço, as mulheres se reuniram em 19 grupos de trabalho sobre: aborto e sexualidade, a mulher no sindicato, saúde da mulher, mulher negra, violência, mulher lésbica, mulher jovem, creches e o direito à maternidade, as mulheres e a luta internacional, trabalho doméstico, prostituição, mulher operária, mulheres e Educação, mulher e movimento popular, mulheres aposentadas, mulher trans, mulheres e transporte público. Após os debates, cada grupo votou as resoluções que foram incorporadas às resoluções finais, garantindo a democracia do encontro, em que as mulheres discutiam e também decidiam os rumos da luta.

O grupo internacional foi o ponto alto da atividade no sábado. Mulheres paraguaias, da Central Combativa e Classista (CCT), argentinas, bolivianas (uma representante do movimento classista "Amas de Casa"), espanholas (uma representante da CoBas – Sindicato Alternativo), da Palestina, Síria e Índia também estiveram presentes e trouxeram as experiências das lutas nos seus países. O encontro votou o apoio à campanha em defesa da Revolução Síria.

O encontro ainda contou com a participação especial da esposa do pedreiro Amarildo, torturado e assassinado na Rocinha, no Rio de Janeiro, pela polícia do governador Sérgio Cabral. Elisabeth esteve à frente da campanha que tomou o mundo em busca de uma resposta sobre o desaparecimento de Amarildo após ser levado para uma Unidade Pacificadora (UPP). A sua presença no encontro simbolizou a força das mulheres da periferia que enfrentam, cotidianamente, a violência policial e a violência do Estado, que privam suas famílias de segurança, saúde e educação. *"Mulheres sejam fortes, sejam fortes"*, alertava Elisabeth ao plenário lotado de mulheres trabalhadoras.

Sarzedo reuniu, naquele final de semana, as principais lutas que ocorrem no país e no mundo. O apoio à Revolução Síria e contra a intervenção imperialista no país foi um dos temas debatidos. A luta que moveu homens e mulheres contra a violência sexual e o machismo na Índia também esteve representada pela feminista Soma Marik. Ela citou casos de violência brutal no país contra as mulheres e explicou que a raiz desse grave problema está na violência imposta pelo próprio Estado. *"Quando uma mulher é violentada, o Estado criminaliza a vítima e não o violentador"*, denunciou Soma sobre a realidade indiana, que não se distancia muito, apesar das diferenças culturais, da mesma lógica imposta pela proposta do "Bolsa Estupro" no Brasil.

A luta dos profissionais de educação no Rio de Janeiro, categoria majoritariamente feminina, também foi refletida no encontro. Suzana Gutierrez, dirigente do SEPE/RJ, participou do encontro trazendo a denúncia do autoritarismo e da repressão brutal que a categoria sofre sob os mandos e desmandos de Sérgio Cabral e Eduardo Paes.

O encontro entrou para a história não só porque reuniu mais de 2 mil mulheres, mas, principalmente, porque reuniu as que tem em suas mãos as verdadeiras condições de libertar as mulheres do jugo da opressão e da exploração. Estavam lá as mulheres trabalhadoras, que produzem a riqueza deste país ao lado dos homens da nossa classe. Estava lá a representação daquelas que são imprescindíveis para a libertação de todos os explorados e oprimidos.

O QUE FOI DITO NO ENCONTRO?

"Acho fantástico que estejamos em um movimento de mulheres que tem tantas negras, homossexuais, transexuais e trabalhadoras." (Lola Aronovich, do Blog Escreva Lola Escreva)

RAIZA ROCHA

MML: Luta classista da mulher trabalhadora

CAMILA LISBOA, da Secretaria de Mulheres do PSTU e do MML

Na história do movimento classista brasileiro, estará escrito que, em 2013, na cidade de Sarzedo, 2 mil mulheres decidiram tomar em suas mãos o próprio destino e lutar para consolidar um movimento feminista, classista, independente dos governos e dos patrões. O entusiasmo ficará na memória, marcada pela lição aprendida com as mobilizações de junho, de que é preciso lutar e possível vencer, e pela unidade por construir um programa e ações conjuntas que combinem a resistência dos setores organizados da classe para fortalecer a luta contra a opressão e a exploração. Uma experiência que pode ser vivida no encontro do MML.

RESOLUÇÕES E PRÓXIMAS TAREFAS

Foi aprovado o posicionamento em relação ao governo Dilma. O MML se posicionou de forma independente e contra a política econômica do governo, que tem cumprido o mesmo receituário neoliberal do PSDB, com privatizações e ataques aos trabalhadores.

O Brasil é a sétima economia do mundo, mas está em 84º lugar em desenvolvimento humano. Acumula índices altíssimos de violência e aumentou, nos últimos anos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Os mega-eventos que acontecerão em nosso país também colocam desafios às mulheres trabalhadoras. Por um lado, porque são a maioria entre os que não têm acesso à moradia e, portanto, as maiores vítimas dos despejos. Por outro, porque, junto com esses eventos, cresce o turismo sexual e a prostituição. O Encontro do MML se posicionou em defesa das lutas por moradia e contra o projeto do deputado Jean Wyllis (PSOL), que pretende transformar a prostituição em profissão e legalizar a cafetinagem

O MML também elegeu como sua campanha principal a luta pelo fim da violência contra a mulher, com um perfil classista que aborde a violência em seus diversos níveis: moral, de trabalho, sexual, doméstico e, também, do Estado. A presença de Beth, companheira de Amarildo, é um símbolo do compromisso do MML com a luta pelo fim da criminalização da pobreza e do genocídio à população negra.

Mas há duas tarefas imediatas nessa campanha: a luta pela derrubada do Bolsa Estupro e por mais investimentos para a aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. No dia 25 de novembro, vamos fazer atos em todo o país.

Por fim, o MML elegeu uma nova Secretaria Executiva e reafirmou sua relação com os movimentos da classe, buscando se construir junto ao movimento de trabalhadores organizados, aos movimentos populares, e ao movimento sindical. Precisamos ter um olhar especial para a mulher negra, maioria entre nós. Vamos organizar atividades no dia 20 de novembro e demonstrar que o movimento classista de mulheres também é um lugar para as mulheres negras, tão esquecidas pelo movimento feminista não classista.

ORGANIZAR O MML NAS BASES

Nossa força, agora, tem de estar voltada para concretizar o MML nas bases, nas comunidades e locais de trabalho. Vamos voltar a reunir as secretarias executivas, fazer uma avaliação do encontro e colocar nossa luta na rua. Vamos apoiar os professores em greve, participando ativamente das lutas contra o leilão do petróleo, fazendo fortes iniciativas no Dia da Consciência Nnegra e colocando todas as nossas forças para realizar grandes atos contra o Bolsa Estupro e pelo fim da violência contra a mulher, em 25 de novembro.

O QUE FOI DITO NO ENCONTRO?

"Eles são bandidos fardados, o morro é nosso." (Elisabeth, esposa do pedreiro que foi torturado e assassinado pelas UPP's, sobre as Unidades Pacificadoras)

SÉRGIO KOEI

O QUE FOI DITO NO ENCONTRO?

"Nós todas temos uma luta muita dura pela frente e não haverá sucesso se não houver um corte de classe profundo nessa discussão. Vida longa ao movimento feminista e classista." (Soma Marik, indiana integrante de um movimento que luta contra os estupros na Índia)

SÉRGIO KOEI

Um convite às mulheres para tomarem partido

No segundo dia do encontro, o PSTU realizou uma atividade de apresentação do partido. Nem o longo dia de discussão e debates na mesa de conjuntura e nos grupos de discussão foi obstáculo para as mulheres conhecerem um pouco mais o partido das lutas e do socialismo. Cerca de 1.500 mulheres assistiram, atenciosamente, à dirigente do partido, Vera Lúcia; a vereadora do PSTU em Natal, Amanda Gurgel; e à revolucionária síria, Sara Al Suri apresentarem o PSTU. Sem dúvida alguma, uma das maiores atividades de apresentação do partido ao longo de sua história.

Um dos momentos de grande emoção da atividade foi quando a jovem revolucionária síria destacou que, enquanto refugiada, conheceu muitos lugares do mundo e muitas organizações de esquerda que se reivindicam revolucionárias. Mas somente no Brasil fez a opção pelo PSTU e pela LIT. *"Eu sabia o que era o espírito revolucionário, mas foi só no Brasil, com a LIT e o PSTU, que conheci um partido revolucionário"*, conta. *"Precisamos de um partido organizado, revolucionário não só nas palavras, mas na ação como o PSTU"*.

SÉRGIO KOEI

Lideranças de ocupação em Osasco são ameaçadas de morte

Homens armados ameaçam dirigentes da ocupação Esperança em Osasco (SP)

PIERRE FERNANDEZ, de Osasco (SP)

A ocupação Esperança em Osasco, organizada pelo Movimento Luta Popular, filiado à CSP-Conlutas, já conta com mais de mil famílias e vai completar dois meses de resistência. Já ocorreram negociações com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Ministério das Cidades, mas até o momento o governo municipal de Jorge Lapas (PT) se mantém intransigente.

Enquanto isso as famílias e as lideranças sofrem intimidações e ameaças. Mesmo com todas as dificuldades, as famílias seguem firmes, os barracos de lona vão aos poucos sendo substituídos pelos de madeira e a organização coletiva do acampamento aumenta.

AMEAÇAS DE MORTE E RESISTÊNCIA

No dia 1° de outubro, por volta das três horas da manhã, um homem armado entrou no acampamento dizendo levar um recado às lideranças do movimento. Disse que, se até o dia 12 de outubro, os moradores da ocupação não deixassem a área, "eles" iriam matar os líderes e forçar a desocupação do terreno, que naquela área não seria permitido construir uma "favela". Ainda tentando intimidar os moradores, disse que sabia onde moravam as lideranças para executar o serviço, e que se alguém tentasse segui-lo ou anotar a placa de seu carro, ele iria matar ali mesmo.

Não é possível determinar de onde partiu a ameaça, mas a região é valorizada e cercada de empreendimentos imobiliários. O caso foi registrado na polícia, protocolado na guarda civil municipal e nas lideranças políticas locais. Qualquer atentado à integridade das lideranças ou à ocupação é de responsabilidade da falta de uma política de habitação e de segurança por parte do Estado. O Governo Federal já tomou conhecimento formal do ocorrido.

> Qualquer atentado é de responsabilidade da falta de uma política de habitação e de segurança por parte do Estado

O movimento definiu por manter a ocupação e não se intimidar ante os ataques, além de lançar uma campanha nacional contra a criminalização e as ameaças de morte. Desde então diversos apoiadores têm se revezado dia e noite na ocupação, cercando de solidariedade ativa os companheiros. As famílias também intensificaram a segurança no local e dezenas de pessoas se revezam na vigília para proteger o acampamento, demonstrando que estão dispostas a resistir para conquistar a moradia.

DIA DAS CRIANÇAS: SOLIDARIEDADE DE CLASSE!

No dia 12 de outubro, a solidariedade da classe trabalhadora mostrou que é possível unir a luta com a festividade para manter firme a disposição de permanecer na área. Mais de 400 crianças participaram de uma bonita festa com brincadeiras, brinquedos e comida doados por sindicatos e voluntários que apoiam o movimento. Com a mesma alegria da criançada que, junto com seus pais enfrentam a dura vida sob os barracos, a luta vai seguir para avançar a organização e conquistar o direito à moradia.

A partir das mobilizações das famílias e a repercussão nacional e internacional da ocupação, um processo de negociação envolvendo a CEF e o Ministério das Cidades foi aberto. No dia 18 de outubro, está marcada uma audiência na Justiça. Esperamos que até lá a prefeitura apresente uma proposta de moradia para as famílias acampadas.

Ocupação reúne mais de mil famílias na região metropolitana de Belo Horizonte

Ocupação nasceu em 12 de outubro e desafia PSDB e PCdoB

PSTU-BH

No dia 12 de outubro nasceu uma nova ocupação na região metropolitana de Belo Horizonte. As centenas de crianças que enfrentaram o frio na madrugada do Dia das Crianças ganharam um presente especial: a esperança de um local para morar e brincar. A ocupação William Rosa é organizada pelo movimento Luta Popular e conta com a parceria de diversas organizações como a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Helena Greco (IHG).

O número de famílias foi crescendo a cada dia e, no dia 14, o movimento registrou 1170 famílias cadastradas. A explicação para este número tão alto é bastante simples: o déficit habitacional da região metropolitana de BH é de mais de 170 mil famílias. O preço do aluguel consome até 50% da renda de quem já vive com muito pouco e, com a volta da inflação, o quadro se agrava ainda mais.

Contagem não tem nenhum programa de moradia que atenda efetivamente famílias de 0 a 3 salários mínimos. O Minha Casa, Minha vida – programa do governo federal muito propagandeado pela presidenta Dilma - garante o repasse de recursos para as grandes empresas que, por questões econômicas, optam por não construir moradias para a população mais pobre.

DEPENDE SÓ DOS GOVERNOS

Os programas municipais nos últimos anos, tanto de BH quanto de Contagem, não serviram para solucionar o déficit habitacional porque atenderam apenas famílias removidas em função das obras da Copa. Quanto aos programas estaduais, estes não existem. Há mais de 20 anos que os governantes mineiros não constroem nenhuma moradia na região metropolitana. Para todo o estado, o orçamento destinado a esta área não chega a 1% da receita. Como se vê, nem o prefeito Carlim Moura (PCdoB), nem o governador Anastasia (PSDB), atuam para garantir o direito básico de moradia às famílias mineiras.

O terreno onde se localiza a ocupação William Rosa é uma área do Governo Federal, que deveria ter sido destinada à expansão do Ceasa, o que após 43 anos não aconteceu. As mais de 1000 famílias ali ocupadas reivindicam que esta área seja destinada à construção de moradias populares. A desculpa tradicional dos governantes municipais de que os terrenos são muito caros não se justifica neste caso, afinal, trata-se de um terreno público. Está nas mãos da Presidenta Dilma e do Prefeito Carlin a decisão política que definirá o furuto dessas famílias.

POR QUE WILLIAM ROSA?

William Rosa Alves era Geógrafo, morador de Contagem, professor do Instituto de Geociências da UFMG e militante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Faleceu neste ano, após um trágico atropelamento em primeiro de julho de 2013. Foi um defensor das lutas do povo trabalhador e sempre militou junto às ocupações urbanas da região.

Portugal: É hora de voltar às ruas!

Duas manifestações nacionais estão marcadas para o dia 19 e 26 de outubro

JOANA SALAY, de Lisboa

Vive-se um jogo de quebra de braço em Portugal. Desde 2009, os ricos e seus governantes tentam colocar a conta da crise econômica sobre os trabalhadores, mas estes lutam para conseguir manter os seus direitos conquistados.

A Troika (FMI, Banco Central Europeu e União Europeia), com a desculpa de manter um suposto resgate de Portugal, impõe medidas duríssimas aos portugueses. Em 2013, o governo português tinha como meta ter um déficit no orçamento de 5,5% do PIB nacional. Para 2014, a Troika exige mais. É necessário diminuir o déficit para 4%, o que significa mais 4 bilhões de euros em cortes. Apesar desses "esforços" de austeridade, a dívida pública portuguesa deve chegar, em 2014, a 127,4% do PIB, e, em 2013, deve ter uma contração de 2,7% da economia. É nessas condições que será apresentada a proposta de Orçamento do Estado (OE) no dia 15 de outubro.

Agora, fala-se em cortar diretamente 10% nos salários dos funcionários públicos que recebem mais de 600 euros (cerca de R$ 1.800), isso atingiria aproximadamente 77% da categoria, 445 mil trabalhadores. É importante ressaltar que os impostos já foram aumentados e que já houve cortes nos salários através do aumento de dias de trabalho e da jornada de trabalho. Também pretendem realizar 4% de corte nas pensões de sobrevivência (aposentaria paga aos dependentes de falecidos), além de outros ataques como o aumento na idade para a aposentadoria.

As políticas de austeridade não são bem vistas pela maioria dos portugueses. Em pesquisa recente, 68% dizem que a austeridade não funciona e 67% pensam que beneficia apenas alguns países. Isso foi também demonstrado nas urnas através da derrota do governo nas eleições autárquicas (semelhante às eleições municipais no Brasil). Apesar de serem eleições regionais, teve um importante debate com impacto nacional. O partido do governo (PSD) e suas coligações tiveram uma perda de 558 mil votos em relação a 2009, e de um milhão face às eleições nacionais, demonstrando que os portugueses deram um cartão vermelho ao governo.

Mesmo nesse contexto de contestação social e desgaste do governo, tampouco os principais partidos da oposição conseguiram capitalizar o espaço aberto, o que demonstra que com o repúdio da austeridade também o regime e seus principais partidos estão sendo abalados. O Partido Socialista (PS), maior partido da oposição, apesar de ter obtido uma vitória política e ter ganho um maior número de Câmaras, perdeu cerca de 300 mil votos em comparação às eleições de 2009. O Partido Comunista (PCP), que em Portugal ainda tem um grande peso político e sindical, obteve uma vitória eleitoral, conquistando Câmaras importantes, mas teve apenas mais 12 mil votos que nas eleições anteriores. O Bloco de Esquerda (BE), semelhante ao PSOL no Brasil, teve uma derrota eleitoral, caindo de 3,02% para 2,42%. Perderam a única câmara que dirigiam e, em Lisboa, não conseguiram eleger o seu principal líder.

É NECESSÁRIO DERROTAR O GOVERNO TAMBÉM NAS RUAS

Com as eleições autárquicas em jogo, os principais partidos da esquerda, PCP e BE, adiaram o calendário de lutas para o final de outubro. Se dizia que as eleições serviriam para impor uma grande derrota ao governo, mas sabemos que a maior derrota é imposta pelas ruas. Assim como recentemente no Brasil ficou demonstrado com as jornadas de junho, também em Portugal o único processo que garantiu a derrubada de medidas de austeridade foi com a saída às ruas de centenas de milhares de manifestantes, como em 15 de setembro do ano passado. Agora, temos a proposta de OE para 2014 já sendo discutida. E na mesa, mais ataques para o conjunto da classe trabalhadora. Contudo, infelizmente o calendário de lutas proposto é muito limitado.

Estão marcadas duas manifestações nacionais. A primeira é convocada para o dia 19 de outubro pela CGTP (principal central sindical do país e dirigida pelo PCP). A segunda é convocada para 26 de outubro pelo *Que se Lixe a Troika (QSLT)*, movimento onde intervém o BE, PCP, outros movimentos minoritários, incluindo o MAS e independentes. Estas manifestações já ficam muito em cima da aprovação do OE, dificultando a construção de um processo de luta contra este ataque.

É importante a construção de um calendário de mobilização, que se estenda às empresas e escolas, que envolva o conjunto da classe e que tenha como objetivo expulsar a Troika do país e derrotar a austeridade e seu governo. Exigir a prisão para quem roubou e endividou o país e a suspensão do pagamento da dívida, além de um referendo sobre a permanência ou não no euro. Para isso, é também importante apoiar quem luta, como os estivadores, os professores e os trabalhadores do Aeroporto de Lisboa, envolvidos em importantes processos recentes. É essa a proposta que os militantes do Movimento Alternativa Socialista (MAS), seção da LIT-QI em Portugal, levarão aos trabalhadores e à juventude no próximo período.

MAS conquista a sua legalização

O MAS conquistou o seu reconhecimento como partido legalizado em agosto de 2013. Essa luta levou um ano e meio para ser vitoriosa, porque os poderosos não queriam ver nascer uma alternativa. São necessárias 7500 assinaturas para entrar com um pedido de reconhecimento frente ao Tribunal Constitucional (TC), órgão que "fiscaliza" o cumprimento da Constituição. Em outubro de 2012, foram entregues nove mil assinaturas, mas esse primeiro pedido foi negado por exigência de um artigo no estatuto que não existe em nenhum estatuto dos partidos que estão no parlamento! O MAS conquistou apoio de algumas personalidades, inclusive de parlamentares e sindicalistas brasileiros. Em pouco tempo, foram recolhidas mais de 10 mil assinaturas que dessa vez garantiram a conquista da nossa legalização. No entanto, a legalização já veio num momento que impediu essa alternativa de concorrer nas eleições autárquicas.

Ainda assim, nos organizamos para participar em listas independentes tendo destaque a lista para uma região da cidade da Amadora, o MIAL (Movimento Independente das Águas Livres). Amadora é a quarta maior cidade de Portugal, com cerca de 200 mil moradores. A Águas Livres é uma região dessa cidade com 40 mil habitantes. E nessa Junta de Freguesia (órgão que gere essa região) participamos diretamente na construção dessa lista, onde obtivemos 4,82% dos votos e elegemos um representante.

Caravana julga processos de anistia de presos e perseguidos políticos da Convergência Socialista

AMÉRICO GOMES, da Comissão de Presos e Perseguidos Políticos da ex-Convergência Socialista, da São Paulo (SP)

A história de nossa corrente no Brasil esteve fortemente vinculada aos principais acontecimentos da luta de classes. Lutamos contra os governos ditatoriais, democráticos burgueses e frentes populares, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores e contra a opressão e exploração de nossa classe.

Em função disso, tivemos militantes mortos, torturados, presos e perseguidos. Demitidos de seus trabalhos, ameaçados de morte e obrigados a fugirem de suas cidades. Militantes como Rosa e José Luis Sundermann, assassinados brutalmente em São Carlos, SP, em 1994, e Gildo Rocha, dirigente do Sindicato dos Servidores do Distrito Federal, assassinado em 2000 pela polícia do governo Joaquim Roriz durante greve contra a terceirização.

Esta luta nem sempre foi reconhecida pelos historiadores, nem mesmo pelo conjunto das organizações da classe trabalhadora. Por isso, após alguns anos de luta, estamos tendo uma grande vitória: haverá o reconhecimento oficial do papel da Convergência Socialista e seus militantes na luta contra a ditadura.

A CONVERGÊNCIA NA LUTA CONTRA A DITADURA

Em 1977, a luta pela libertação de nossos companheiros presos e torturados, então militantes da Liga Operária, organização que precedeu a Convergência, foi muito importante para a retomada das grandes mobilizações estudantis.

Logo a seguir, nossos camaradas estiveram presentes nas greves operárias do ABC, em 1978, inclusive na histórica greve na Scania, em São Bernardo do Campo. Assim como nas greves de 1979, que se espalharam por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Militantes nossos estavam nas fábricas do ABC, de São José dos Campos, de Guarulhos, de Santos, de Jundiaí e da capital paulista, organizando greves contra a carestia e contra a ditadura, enfrentando a perseguição e a prisão.

Nossa imprensa alternativa e operária, como os jornais Versus, Convergência Socialista e Alicerce da Juventude Socialista, lutou em suas páginas pelo aumento da consciência da classe, propôs novas formas de organização e criticou ferozmente a ditadura cívico e militar de caráter imperialista.

Foi a Convergência Socialista que teve a ousadia de realizar a primeira reunião pública de socialistas ainda durante a ditadura, em 1978. Teve, por isso, grande parte de sua direção presa, inclusive Nahuel Moreno, que se encontrava no país. Isso foi há 35 anos. Foi também a CS a primeira a organização que propôs a fundação de um Partido dos Trabalhadores (PT), que representasse a classe sem os patrões.

Nossas colunas estavam presentes no 1º de Maio de 1980, na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, com faixas, bandeiras e palavras de ordem, junto com os mais de 100 mil manifestantes. Em 1981, estivemos na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), defendendo e fazendo parte da Comissão Nacional Pró-CUT. Da mesma maneira, militantes da CS estiveram à frente dos piquetes da Greve Geral de 1983, tendo muitos militantes presos e golpeados pela polícia. Em 1984, nossas colunas ficaram famosas nas marchas pelas “Diretas Já”.

ANISTIA POLÍTICA E REPARAÇÃO

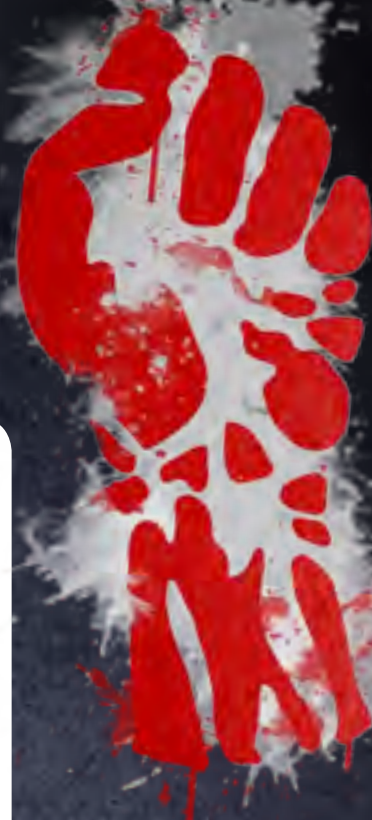
Nos últimos anos, toda esta luta vem sendo reconhecida pelo Estado e pelo movimento dos trabalhadores com os processos de anistia e a reparação política. Já passaram por este processo os companheiros José Maria de Almeida, Dirceu Travesso, Romildo Raposo, Antonio Donizete Ferreira (Toninho), Tarcísio Eberhardt, Ernesto Gradella, Jose Cantídio de Souza Lima (Cipó), Maria Cecília Garcia (Cilinha), Lilian Irene Queiroz, Luis Carlos Prates (Mancha), Antonio Fernandes Neto, Alexandre Fusco e Oscar Itiro.

No dia 25 de outubro, teremos um grande acontecimento: 25 companheiros serão anistiados e terão reparação política. Será muito importante, porque não será um julgamento individual, mas uma Caravana da Anistia específica da Convergência Socialista, o que significa o reconhecimento oficial da nossa luta.

Esta é uma grande vitória num momento em que os trabalhadores e a juventude ganham as ruas novamente em grandes manifestações, e que a classe operária vem retomando seu principal método de luta, com greves e, particularmente, a greve geral.

Um momento importante também, pois estamos sendo atacados. Tanto em nossa legalidade, quando buscam limitar nossa aparição pública na televisão, quanto juridicamente, quando abrem inquéritos policiais contra camaradas nossos que estiveram à frente das mobilizações de junho. É o caso do companheiro Matheus Gomes, de Porto Alegre.

Reprimem-nos violentamente nas ruas quando participamos das manifestações, como se aqueles que estiveram na linha de frente da luta contra a ditadura não tivessem o direito de participar da democracia. Vale ressaltar que as organizações de direita, burguesas e imperialistas, ligadas ao tenebroso passado da ditadura, buscam, a todo o momento, evitar estes acontecimentos por recordar a luta que foi travada contra ela.

A atividade vai acontecer na PUC-SP. Isso tem uma simbologia, pois foi um dos locais de grande importância na luta contra o regime militar. Será um momento para encontrar jovens e velhos militantes, para recordar as lutas do passado e preparar as do futuro.

Continua a luta por punição e reparação

Ainda temos na lista de nossa organização dezenas de quadros e militantes históricos que participaram desta luta e esperam a anistia e a reparação do Estado. A nossa luta não vai parar aqui.

A luta pela anistia e reparação para nossos militantes e para todos os que dedicaram sua vida à luta contra a ditadura está fortemente vinculada à luta por verdade e memória. Mas, principalmente, por justiça, pois esta somente ocorrerá se houver punição para os agentes de Estado que cometeram crimes durante a ditadura e os empresários e empresas que a promoveram e financiaram, para que isso nunca mais volte a acontecer.

SERVIÇO

CARAVANA DA ANISTIA DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

Dia 25 de outubro, às 9h
Local: Teatro da PUC-SP (Tuca)
Rua Monte Alegre, 984, Perdizes – São Paulo (SP)